



EQUATORIAL TRANSMISSORA 5 SPE S.A.
CNPJ/MF nº 26.845.283/0001-66

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 05"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1. Mensagem do Presidente. Em 2022 vivenciamos um ano de muitos desafios, potencializado pelo fato de termos durante a Covid-19 nos nossos empreendimentos 100% operacionais. Além disso, tivemos a Revolução Tarifária da RAP (Receta Anual Permitida) das SPEs de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 9,4% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1.197 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Social consolidado de R\$ 1.818 milhões, aumento de 98% em relação a 2021. O Lucro Líquido de 2022 foi de R\$ 349 milhões, uma variação positiva de 83% em comparação ao ano anterior. Como citado anteriormente, iniciamos o ano com todos os empreendimentos 100% operacionais, por isso, nossos investimentos foram bem inferiores em comparação aos anos anteriores, atingindo a marca R\$ 26 milhões em transmissão e R\$ 103 milhões em renováveis, focados, principalmente, nos termos de contratos de engenharia, compensações ambientais e negociações fundiárias. Os resultados de 2022 foram bastante interessantes, mais os desafios continuam em 2023. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguimos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **C. Cândido.** A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado,

com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão Igarapé III – Jaruá III, segundo círculo, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igarapé III e término na Subestação Jaruá III. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibiliza mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e uma qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 11 municípios dos Estados da Bahia: Caetité, Guanambi, Candiba, Pindaí, Uruí, Espinosa, Monte Azul, Mato Verde, Catuti, Pai Preto, Porteirainha. Para o novo ciclo 2022-2023, que teve seu início no mês de julho/2022, a RAP (Receta Anual de Permissão) é de R\$ 114,64 milhões, atualizada anualmente pelo IPCA, por meio de resoluções homologatárias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e substituição tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DIF nº 60, de 1 de agosto de 2017. A Companhia entende-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Andamento do Projeto.** A SPE 05 está com todos os seus ativos em Operação desde o início de 2021, recebendo a RAP (Receta Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas em 06 de janeiro de 2021 quando entrou 100% em Operação Comercial. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2022 totalizaram R\$ 287,62 mil. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida. Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2022 foi de R\$ 152,86 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2022, o total de custos e despesas operacionais e não operacionais, incluindo depreciação e amortização foi de R\$ 18,56 milhões. **Custos e despesas operacionais e não operacionais.** Em 2022, o total de custos e despesas operacionais da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo as provisões para contingências, atingiram R\$ 1,40 milhão. **EBITDA.** Em 2022, o EBITDA Social atingiu R\$ 134,29 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2022, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 34,70 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2022, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal adido de R\$ 19,05 milhões. **Lucro líquido.** Em 2022, a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 30,50 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2022, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 428,02 milhões. As dívidas da SPE 05 são 3,91% de vencimentos no curto prazo. **Relacionamento com auditores externos.** Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, inciso V, do art. 1º da Instrução CVM nº 480/03, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucena e Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Alton Costa Ferreira, Waldino Pereira de Oliveira (I) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (II) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 29 de março de 2023 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente, Leonardo da Silva Lucena Tavares de Lima - Diretor, Alton Costa Ferreira - Diretor, Waldino Pereira de Oliveira - Diretor, Cristiano de Lima Logrado - Diretor, Geovane Ximenes da Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-0-3-S-M.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)					DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
					EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)				
					Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					Passivo				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa					Fornecedores				
5					Emprestimos e financiamentos				
24.777					9				
15.716					1014				
Aplicações financeiras					Dividendos a pagar				
6					14				
12.052					1.378				
11.917					113				
Impostos e contribuições a recuperar					8.632				
361					PIS e COFINS diferidos				
10.228					12				
5.558					2.469				
Ativos de contratos					779				
8					422				
124.463					1.242				
Adiantamentos a fornecedores					Outros passivos				
4.672					44.686				
6.223					Total do passivo circulante				
Outras contas a receber					Não circulante				
1.338					Emprestimos e financiamentos				
Total do ativo circulante					9				
235.299					333.014				
192.696					74.160				
Non circulante					78.277				
Títulos e valores mobiliários					12				
6					103.902				
9.663					112				
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar					154.020				
433					1.651				
433					670.864				
Outros créditos a receber					16.561				
-					64.683				
Ativos de contratos					Participação líquido				
8					15				
906.274					89.257				
Intangível					15.2				
1.335					348.197				
278.911					Total do passivo não circulante				
Total do ativo não circulante					-				
917.705					437.454				
865.207					1.153.004				
Total do ativo					1.153.004				
1.153.004					Total do passivo e patrimônio líquido				
1.077.903					-				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.									

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)										42.068		29.307	

continuação

9.2. Movimentação dos empréstimos:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.794	331.031	381.825
Ingressos	-	22.897	22.897
Encargos	34.067	(3.618)	30.449
Transferências	12.296	(12.296)	-
Amortizações de principal (a)	(42.143)	-	(42.143)
Pagamento juros	(44.417)	-	(44.417)
Custo de captação (b)	119	-	119
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.716	333.014	348.730
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.119	275.768	282.887
Ingressos	-	62.340	62.340
Encargos	34.181	11.307	45.488
Reclassificação mútuo	-	40.003	40.003
Transferências	58.387	(58.387)	-
Amortizações de principal (a)	(20.000)	-	(20.000)
Pagamento juros	(29.012)	-	(29.012)
Custo de captação (b)	119	-	119
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.794	331.031	381.825

a) Em 11 de abril de 2022, ocorreu a liquidação no vencimento do mútuo com a Equatorial Pará, no montante de R\$ 11.553, sendo, R\$ 30.000 referentes à amortização de principal e R\$ 1.553 à pagamento de juros; e (b) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização. 9.3. Cronograma de amortização da dívida: Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

	2022	
Vencimento	Valor	%
Circulante	15.716	4,5%
2024	15.379	4,4%
2025	16.202	4,6%
2026	17.007	4,9%
2027	17.459	5,0%
Até 2039	268.768	71,1%
Subtotal	334.815	96,0%
Custo de captação (Não circulante)	(1.801)	-0,5%
Não circulante	333.014	95,5%
Total	348.730	100%

9.4. Ingressos:

	Data do Pagamento		Destinação	Encargo	Taxa Efetiva com
Instituição	Ingresso	Juros	de Recurso	Financeiro (a.a.)	Derivativo (a.a.)
Banco do Nordeste	22.897	jun-22	Mensal	IPCA + 2,57%	-
9.5. Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fiduciárias e covenants, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. 10. Debêntures:					
10.1. Movimentação das debêntures: A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:					
			Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021			578	74.160	74.738
Encargos			3.800	-	3.800
Transferência			133	(133)	-
Pagamento de juros			(3.853)	-	(3.853)
Variação monetária			79	4.250	4.329
Custo de captação (a)			197	-	197
Saldo em 31 de dezembro de 2022			1.014	78.277	79.291
			Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020			5.341	66.441	71.782
Encargos			3.800	-	3.800
Transferência			(1.197)	197	-
Pagamento de juros			(8.563)	-	(8.563)
Variação monetária			-	7.522	7.522
Custo de captação (a)			197	-	197
Saldo em 31 de dezembro de 2021			578	74.160	74.738

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	578	74.160	74.738
Encargos	3.880	-	3.880
Transferência	133	(133)	(3.853)
Pagamento de juros	79	4.250	4.329
Custo de captação (a)	197	-	197
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.014	78.277	79.291

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.341	66.441	71.782
Encargos	3.800	-	3.800
Transferência	(197)	-	(197)
Pagamento de juros	(8.563)	-	(8.563)
Variação monetária	-	7.522	7.522
Custo de captação (a)	197	-	197
Saldo em 31 de dezembro de 2021	578	74.160	74.738

(a) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização. 10.2. Características das debêntures

	2022	
Emissão	Característica	Valor da emissão
1ª (a) (1)(3)(4)(5)(6) Única	66.000	4,85% a.a. mai/19
2ª (a) (1)(3)(4)(5)(6) Única	66.000	4,85% a.a. mai/19

(a) Emissão pública de debêntures simples
(b) Emissão privada de debêntures simples
(c) Não conversíveis em ações
(d) Espécie quirogratária
(e) Debêntures incentivadas
(f) Garantia adicional fiduciária
(g) Garantia adicional real
(h) A totalização dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura. 10.3. Cronograma de amortização da dívida: As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2022	
Vencimento	Valor	%
Circulante	1.014	1,3%
2024	817	1,0%
2025	1.634	2,1%
2026	2.451	3,1%
2027	3.268	4,1%
Até 2039	73.116	92,2%
Subtotal	81.286	102,5%
Custo de captação (não circulante)	(3.009)	-3,8%
Total não circulante	78.277	98,7%
Total debêntures	79.291	100%

(a) Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Equatorial Energia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.4. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.5. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.6. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.7. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.8. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.9. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.10. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.11. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.12. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.13. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.14. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.15. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.16. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.17. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.18. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.19. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.20. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10.21. Covenants: As debêntures possuem cláusulas relativas aos princípios que geram, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os seguintes conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

11.3. Movimentação de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17	5.503
IRPJ e CSLL correntes do período	-	529
Tributos retidos/anticipações IRCS	4.995	4.995
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.715	3.715
IRPJ e CSLL correntes do período	-	78
Tributos retidos/anticipações IRCS	8.632	8.632
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.442	14.702

11.4. Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2024, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	3.367	2.197
No período de 2022 a Companhia realizou créditos no montante de R\$ 1.592 e, em 31 de dezembro de 2022, a apresentada créditos a realizar de R\$ 6.340. 12. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos estão apresentados da seguinte forma:	9.815	12.510

	2022	2021
Bases de cálculo de receita	14.000	119.643
Recalculo de implementação e melhoria de infraestrutura	156.728	140.618
Recalculo de ativos de contrato no período	(14.603)	(108.783)
Perda na realização dos ativos de contrato	156.125	151.478

PIS / COFINS sobre a receita de implementações/ativos de contrato no período (9,25%) (i) / (a) 14.442 14.702

Anulいた de PIS/COFINS (ii) (14.222) (3.371)

Saldo no início do período (iii) 98.151 87.012

Saldo no final do período (i + ii - iii) 108.371 98.151

Circulante 4.469 -

Não circulante 103.902 98.151

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na fase de construção conforme recebimento da receita (RAP) mensal. 13. Provisão para riscos civis, fiscais e trabalhistas: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. 13.1. Civil: Existem contingências civis, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gestão jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 927 (R\$ 598 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão. 14. Dividendos a pagar: Conforme o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendos no montante obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das deduções determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	80.503	15.925
(i) Reserva legal	(3.287)	(796)
(ii) Reserva de incentivo fiscal	(1.478)	-
Lucro líquido ajustado	62.454	15.129

Dividendos mínimos obrigatórios 625 151

Realização da Reserva de lucros a realizar - Dividendos mínimos 3.787 6.805

Dividendos adicionais propostos 57663 -

Total dividendos 62.075 6.956

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020 348.197

Dividendos mínimos obrigatórios de 2021 151

Dividendos destinados a reserva de lucro a realizar (148)

Dividendos intermediários distribuídos de 2021 (14.37)

Saldo em 31 de dezembro de 2021 348.197

Dividendos adicionais distribuídos de 2021 6.805

Dividendos mínimos obrigatórios de 2022 625

Dividendos intermediários distribuídos de 2022 4299

Dividendos da reserva de lucro a realizar (3.787)

Pagamento de dividendos no exercício (6.808)

Saldo em 31 de dezembro de 2022 52.402

15. Patrimônio líquido: 15.1 Capital social. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia totalmente integralizado é de R\$ 89.257. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital está representado por 89.256.948 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 100.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 15.2 Reserva de lucros: 15.2.1 Reserva legal: 15.2.2 Reserva de lucros a realizar: 15.2.3 Reserva de lucros a realizar: 15.2.4 Reserva de lucros a realizar: 15.2.5 Reserva de lucros a realizar: 15.2.6 Reserva de lucros a realizar: 15.2.7 Reserva de lucros a realizar: 15.2.8 Reserva de lucros a realizar: 15.2.9 Reserva de lucros a realizar: 15.2.10 Reserva de lucros a realizar: 15.2.11 Reserva de lucros a realizar: 15.2.12 Reserva de lucros a realizar: 15.2.13 Reserva de lucros a realizar: 15.2.14 Reserva de lucros a realizar: 15.2.15 Reserva de lucros a realizar: 15.2.16 Reserva de lucros a realizar: 15.2.17 Reserva de lucros a realizar: 15.2.18 Reserva de lucros a realizar: 15.2.19 Reserva de lucros a realizar: 15.2.20 Reserva de lucros a realizar: 15.2.21 Reserva de lucros a realizar: 15.2.22 Reserva de lucros a realizar: 15.2.23 Reserva de lucros a realizar: 15.2.24 Reserva de lucros a realizar: 15.2.25 Reserva de lucros a realizar: 15.2.26 Reserva de lucros a realizar: 15.2.27 Reserva de lucros a realizar: 15.2.28 Reserva de lucros a realizar: 15.2.29 Reserva de lucros a realizar: 15.2.30 Reserva de lucros a realizar: 15.2.31 Reserva de lucros a realizar: 15.2.32 Reserva de lucros a realizar: 15.2.33 Reserva de lucros a realizar: 15.2.34 Reserva de lucros a realizar: 15.2.35 Reserva de lucros a realizar: 15.2.36 Reserva de lucros a realizar: 15.2.37 Reserva de lucros a realizar: 15.2.38 Reserva de lucros a realizar: 15.2.39 Reserva de lucros a realizar: 15.2.40 Reserva de lucros a realizar: 15.2.41 Reserva de lucros a realizar: 15.2.42 Reserva de lucros a realizar: 15.2.43 Reserva de lucros a realizar: 15.2.44 Reserva de lucros a realizar: 15.2.45 Reserva de lucros a realizar: 15.2.46 Reserva de lucros a realizar: 15.2.47 Reserva de lucros a realizar: 15.2.48 Reserva de lucros a realizar: 15.2.49 Reserva de lucros a realizar: 15.2.50 Reserva de lucros a realizar: 15.2.51 Reserva de lucros a realizar: 15.2.52 Reserva de lucros a realizar: 15.2.53 Reserva de lucros a realizar: 15.2.54 Reserva de lucros a realizar: 15.2.55 Reserva de lucros a realizar: 15.2.56 Reserva de lucros a realizar: 15.2.57 Reserva de lucros a realizar: 15.2.58 Reserva de lucros a realizar: 15.2.59 Reserva de lucros a realizar: 15.2.60 Reserva de lucros a realizar: 15.2.61 Reserva de lucros a realizar: 15.2.62 Reserva de lucros a realizar: 15.2.63 Reserva de lucros a realizar: 15.2.64 Reserva de lucros a realizar: 15.2.65 Reserva de lucros a realizar: 15.2.66 Reserva de lucros a realizar: 15.2.67 Reserva de lucros a realizar: 15.2.68 Reserva de lucros a realizar: 15.2.69 Reserva de lucros a realizar: 15.2.70 Reserva de lucros a realizar: 15.2.71 Reserva de lucros a realizar: 15.2.72 Reserva de lucros a realizar: 15.2.73 Reserva de lucros a realizar: 15.2.74 Reserva de lucros a realizar: 15.2.75 Reserva de lucros a realizar: 15.2.76 Reserva de lucros a realizar: 15.2.77 Reserva de lucros a realizar: 15.2.78 Reserva de lucros a realizar: 15.2.79 Reserva de lucros a realizar: 15.2.80 Reserva de lucros a realizar: 15.2.81 Reserva de lucros a realizar: 15.2.82 Reserva de lucros a realizar: 15.2.83 Reserva de lucros a realizar: 15.2.84 Reserva de lucros a realizar: 15.2.85 Reserva de lucros a realizar: 15.2.86 Reserva de lucros a realizar: 15.2.87 Reserva de lucros a realizar: 15.2.88 Reserva de lucros a realizar: 15.2.89 Reserva de lucros a realizar: 15.2.90 Reserva de lucros a realizar: 15.2.91 Reserva de lucros a realizar: 15.2.92 Reserva de lucros a realizar: 15.2.93 Reserva de lucros a realizar: 15.2.94 Reserva de lucros a realizar: 15.2.95 Reserva de lucros a realizar: 15.2.96 Reserva de lucros a realizar: 15.2.97 Reserva de lucros a realizar: 15.2.98 Reserva de lucros a realizar: 15.2.99 Reserva de lucros a realizar: 15.2.100 Reserva de lucros a realizar: 15.2.101 Reserva de lucros a realizar: 15.2.102 Reserva de lucros a realizar: 15.2.103 Reserva de lucros a realizar: 15.2.104 Reserva de lucros a realizar: 15.2.105 Reserva de lucros a realizar: 15.2.106 Reserva de lucros a realizar: 15.2.107 Reserva de lucros a realizar: 15.2.108 Reserva de lucros a realizar: 15.2.109 Reserva de lucros a realizar: 15.2.110 Reserva de lucros a realizar: 15.2.111 Reserva de lucros a realizar: 15.2.112 Reserva de lucros a realizar: 15.2.113 Reserva de lucros a realizar: 15.2.114 Reserva de lucros a realizar: 15.2.115 Reserva de lucros a realizar: 15.2.116 Reserva de lucros a realizar: 15.2.117 Reserva de lucros a realizar: 15.2.118 Reserva de lucros a realizar: 15.2.119 Reserva de lucros a realizar: 15.2.120 Reserva de lucros a realizar: 15.2.121 Reserva de lucros a realizar: 15.2.122 Reserva de lucros a realizar: 15.2.123 Reserva de lucros a realizar: 15.2.124 Reserva de lucros a realizar: 15.2.125 Reserva de lucros a realizar: 15.2.126 Reserva de lucros a realizar: 15.2.127 Reserva de lucros a realizar: 15.2.128 Reserva de lucros a realizar: 15.2.129 Reserva de lucros a realizar: 15.2.130 Reserva de lucros a realizar: 15.2.131 Reserva de lucros a realizar: 15.2.132 Reserva de lucros a realizar: 15.2.133 Reserva de lucros a realizar: 15.2.134 Reserva de lucros a realizar: 15.2.135 Reserva de lucros a realizar: 15.2.136 Reserva de lucros a realizar: 15.2.137 Reserva de lucros a realizar: 15.2.138 Reserva de lucros a realizar: 15.2.139 Reserva de lucros a realizar: 15.2.140 Reserva de lucros a realizar: 15.2.141 Reserva de lucros a realizar: 15.2.142 Reserva de lucros a realizar: 15.2.143 Reserva de lucros a realizar: 15.2.144 Reserva de lucros a realizar: 15.2.145 Reserva de lucros a realizar: 15.2.146 Reserva de lucros a realizar: 15.2.147 Reserva de lucros a realizar: 15.2.148 Reserva de lucros a realizar: 15.2.149 Reserva de lucros a realizar: 15.2.150 Reserva de lucros a realizar: 15.2.151 Reserva de lucros a realizar: 15.2.152 Reserva de lucros a realizar: 15.2.153 Reserva de lucros a realizar: 15.2.154 Reserva de lucros a realizar: 15.2.155 Reserva de lucros a realizar: 15.2.156 Reserva de lucros a realizar: 15.2.157 Reserva de lucros a realizar: 15.2.158 Reserva de lucros a realizar: 15.2.159 Reserva de lucros a realizar: 15.2.160 Reserva de lucros a realizar: 15.2.161 Reserva de lucros a realizar: 15.2.162 Reserva de lucros a realizar: 15.2.163 Reserva de lucros a realizar: 15.2.164 Reserva de lucros a realizar: 15.2.165 Reserva de lucros a realizar: 15.2.166 Reserva de lucros a realizar: 15.2.167 Reserva de lucros a realizar: 15.2.168 Reserva de lucros a realizar: 15.2.169 Reserva de lucros a realizar: 15.2.170 Reserva de lucros a realizar: 15.2.171 Reserva de lucros a realizar: 15.2.172 Reserva de lucros a realizar: 15.2.173 Reserva de lucros a realizar: 15.2.174 Reserva de lucros a realizar: 15.2.175 Reserva de lucros a realizar: 15.2.176 Reserva de lucros a realizar: 15.2.177 Reserva de lucros a realizar: 15.2.178 Reserva de lucros a realizar: 15.2.179 Reserva de lucros a realizar: 15.2.180 Reserva de lucros a realizar: 15.2.181 Reserva de lucros a realizar: 15.2.182 Reserva de lucros a realizar: 15.2.183 Reserva de lucros a realizar: 15.2.184 Reserva de lucros a realizar: 15.2.185 Reserva de lucros a realizar: 15.2.186 Reserva de lucros a realizar: 15.2.187 Reserva de lucros a realizar: 15.2.188 Reserva de lucros a realizar: 15.2.189 Reserva de lucros a realizar: 15.2.190 Reserva de lucros a realizar: 15.2.191 Reserva de lucros a realizar: 15.2.192 Reserva de lucros a realizar: 15.2.193 Reserva de lucros a realizar: 15.2.194 Reserva de lucros a realizar: 15.2.195 Reserva de lucros a realizar: 15.2.196 Reserva de lucros a realizar: 15.2.197 Reserva de lucros a realizar: 15.2.198 Reserva de lucros a realizar: 15.2.199 Reserva de lucros a realizar: 15.2.200 Reserva de lucros a realizar: 15.2.201 Reserva de lucros a realizar: 15.2.202 Reserva de lucros a realizar: 15.2.203 Reserva de lucros a realizar: 15.2.204 Reserva de lucros a realizar: 15.2.205 Reserva de lucros a realizar: 15.2.206 Reserva de lucros a realizar: 15.2.207 Reserva de lucros a realizar: 15.2.208 Reserva de lucros a realizar: 15.2.209 Reserva de lucros a realizar: 15.2.210 Reserva de lucros a realizar: 15.2.211 Reserva de lucros a realizar: 15.2.212 Reserva de lucros a realizar: 15.2.213 Reserva de lucros a realizar: 15.2.214 Reserva de lucros a realizar: 15.2.215 Reserva de lucros a realizar: 15.2.216 Reserva de lucros a realizar: 15.2.217 Reserva de lucros a realizar: 15.2.218 Reserva de lucros a realizar: 15.2.2

continuação

EQ

ATORIAL TRANSMISSORA 5 SPE S.A.

CNP/MF nº 26.845.283/0001-66

dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(ii) **Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2022						
	Valor contábil	Fluxo de caixa total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	348.730	550.550	20.031	36.974	38.776	122.680	331.489
Títulos de dívida emitidos com garantia	79.291	188.309	-	-	10.972	11.110	34.037
Fornecedores	7.044	7.044	7.044	-	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	435.065	746.303	27.075	47.946	50.886	156.717	463.679
(*) Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de capitalização. Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mencionados, e não os fluxos de caixa que a Companhia liquidará, pois estes são afetados pelo impacto do contrato. Adicionalmente, conforme divulgação na nota explicativa nº 10.4 - <i>Covenants</i> , a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratuais restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições operacionais não sejam cumpridas pela Companhia. (ii) Risco de taxa de juros. Este risco é oriundo das posições de dívida de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indicadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indicadores. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indicadores.							

Risco do fluxo de caixa ou valor líquido associado à taxa de juros		Impacto no resultado		Cenário II		Cenário III		Cenário IV		Cenário V	
		Saído em R\$	Projetado	-25%	-50%	-25%	-50%	-25%	-50%	-25%	-50%
Operação											
Ativos Financeiros											
Aplicações financeiras e investimentos de curto prazo											
CDI	67.071	76.072	78.322	80.572	78.322	71.572					
Impacto no resultado			2.250	4.500	(2.250)	(4.500)					
Passivos Financeiros											
Empréstimos, financiamentos e débitos											
IPCA	(433.148)	(460.653)	(467.529)	(474.405)	(453.777)	(446.901)					
Impacto no resultado			(6.876)	(13.752)	6.876	13.752					
Referência para ativos e passivos financeiros			(4.626)	(9.252)	4.626	9.252					
Taxa projetada											
CDI (% 12 meses)	13,42	12,39	16,78	20,13	10,07	6,71					
IPCA (% 12 meses)	6,35	5,79	7,94	9,53	4,76	3,18					

Fonte: B3/Santander.

(c) **Risco de vencimento antecipado.** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e débitos com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 9 – Empréstimos e financiamentos e nº 10 – Débitos.

(d) **Risco de revisão e do contrato e das tarifas de fornecimento.** Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL, procederá à revisão da RAP durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

(e) **Riscos regulatórios e operacionais.** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. No caso da interrupção do serviço em caso de interrupção do serviço sob demanda, a Transmissora e os concessionários estarão sujeitos à redução de seus recebíveis por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 79/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços. Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos (ou não totalmente cobertos). Risco regulatório: caso a transmissora não cumpra com as obrigações contratuais previstas no contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela a ANEEL estará sujeita à aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019, que a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

(f) **Riscos ambientais.** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Condições, o atendimento aos requisitos legais ambientais, nos 3 estados de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental baseado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlação à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais Stakeholders. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: «Localização Ambiental», «Gestão de Limpeza de Faixas, Podas e Supressão de Vegetação», «Gestão de Resíduos», «Educação e Conscientização ambiental», «Gestão de Requisitos Legais», «Gestão de Recursos Hídricos», e «Normalização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)». Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere à implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixas e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executoras de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados à implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvore de grande porte.

(g) **Gestão do capital.** A Política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora

o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis em níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratuais. A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, débitos. 20. Demonstração dos fluxos de caixa: 20.1 Transações não envolvendo caixa. O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolvam o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Atividades de financiamento		Fluxo de caixa		Pagamento de juros (%)		Outros (%)	
Dividendos de ações ordinárias		6.805		30.586		3.787	
Dividendos da reserva de lucro a realizar		625		11.217		625	
Dividendos mínimos obrigatórios		11.217		11.217		11.217	
Total		18.647		53.020		5.427	

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento		Fluxo de caixa		Pagamento de juros (%)		Outros (%)	
		2021	2022	2021	2022	2021	2022
Empréstimos e financiamentos	381.825	(19.246)	(44.417)	30.586	348.730		
Débitos	74.738	-	(3.853)	8.406	79.291		
Dividendos a pagar	3	(6.808)	-	11.217	4.412		
Totais	456.566	(26.054)	(48.270)	50.191	432.433		

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas. 21. Eventos subsequentes: Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre "causa julgada" em matéria tributária. Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "causa julgada", sobre tributos recolhidos de forma contumaz, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgamento caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que estejam sob o escopo de seus tributos, cuja matéria tenha sido posteriormente julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Augusto Miranda da Paz Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, José Silva Sobral Neto. DIRETORIA EXECUTIVA: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro / Relação com os Investidores; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Ailton Costa Ferreira - Diretor; Waldânio Pereira de Oliveira - Diretor. Geovane Ximenes de Lira - Gerente de Contabilidade e Tributos - Contador - CRC PE 012996-3-O-S-DF.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia Transmissora 5 SPE S.A. (Companhia) que compoem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, foram examinadas por este Relatário Independente em conformidade com as normas técnicas de auditoria aplicáveis no Brasil. Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades típicas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria. Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos acima, tornam-se a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Mensuração de ativos contratuais de transmissão. Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da rede de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 103.737 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou esforços necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucro esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto, nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e o orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de índices de suficiência dos custos à trono, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratuamente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise de eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 3.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios descritos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os

critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangue o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis. A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas incluímos está fundamentalmente nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das contestações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou, quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 29 de março de 2023.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC PE-001042/F
Carlos Santos Mafio Filho
Contador CRC PE 0129729/O